



31351030

08004.000173/2025-66



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP**  
**COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA – CT-CGE**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**LISTA DE PRESENÇA (31351385)**

<b>Data</b>	<b>27/03/2025</b>	
<b>Local</b>	<b>Microsoft Teams</b>	
<b>ITEM</b>	<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>
1	Cristina Ninô Biscaya	SENACON
2	Eduardo Barros	SENACON
3	João Pimenta Staub	SENACON
4	Fabiana Vieira de Queiroz	SENAJUS
5	Maria do Carmo R. Macedo	SENAJUS
6	Fabio Santos Pereira Silva	SENAJUS
7	Rodrigo Antônio Gonzaga Sagastume	SENAJUS
8	Lício Joaquim da Silva Rêgo	SENAPPEN
9	Ana Carolina Rocha de Carvalho	SENAPPEN
10	Maysse Parizi	SENAPPEN
11	Daniel Russo	PF
12	Ludmila Gomes de Amorim Mota	PF
13	Monique Rodrigues	PF
14	Isabelle Henriques	PRF
15	José Roberto Ângelo Barros Penha	PRF
16	Priscilla Oliveira	SENASA
17	Genivaldo dos Santos Costa	SENASA
18	Tiago Nunes Batista	SENASA

19	Denise de Carvalho Pires	SENAD
20	Maria Cecília da Silva Lima	SENAD
21	Bruna Cardoso dos Santos	CADE
22	André Botelho Vilarin	CADE
23	Bernardo de Almeida Tannuri Laferte	SAJU
24	Ewandjoêcy Francisco de Araújo	SAJU
25	Danyela de Oliveira Félix	ANPD
26	Núbia Augusto de Sousa Rocha	ANPD
27	Ediane de Assis Bastos	SEDIGI
28	Nathalia Almeida de Souza	SEDIGI
29	Nathalie Fragoso e Silva Ferro	SEDIGI
30	Ronaldo Alves Nogueira	AECI
31	David de Lima Freitas	SPO
32	Glauberto Antonio Rodrigues Alves	SPO
33	Bruna Ignácio Moreira	SPO
34	Déborah Lúcia Siqueira Botelho	SPO

<b>Pauta da reunião (31351361)</b>	1. Monitoramento das Políticas Públicas; 2. Apresentação de Monitoramento; 3. Informes Gerais; e 4. Encaminhamentos.
--	---

- O Sr. David de Lima Freitas, Subsecretário de Planejamento e Orçamento – SPO e Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, deu início à reunião ordinária da CT-CGE, às 15 horas, do dia 27 de março de 2025, de forma presencial na sala 304, do Edifício Sede do MJSP. Agradecendo a participação dos presentes, ressaltou a importância da retomada do monitoramento das políticas públicas no âmbito do Ministério. Em seguida, apresentou a pauta da reunião (31351361).
- Incialmente, foi tratado do monitoramento quantitativo das Políticas Públicas, por meio de indicadores coletados e inseridos pelos pontos focais no mesmo sistema utilizado pelo Planejamento Estratégico. O Sr. David comentou e parabenizou a situação atual desse monitoramento, indicando que não haveria pendências esse mês na coleta de resultados dos indicadores de políticas públicas. Foi tratado, também sobre o monitoramento qualitativo, por meio de relatórios de monitoramento solicitados, via Ofício Circular nº 1/2025/CT-CGE/SPO/SE/MJ (30496488), com prazo já expirado de envio pelas unidades até o dia 10 de março de 2025. Neste contexto, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, questionou os representantes das unidades finalísticas dos Ministérios sobre novo prazo possível para atendimento das pendências das unidades com pendências de envio dos relatórios (Saju, Senacon, Senajus, Senappen e Senasp). Diante disso, foi definido o prazo até o dia 4 de abril de 2025, para o envio pelas unidades dos relatórios de monitoramento de políticas públicas pendentes.
- Em seguida, foi apresentado sobre os relatórios das Agendas Transversais (crianças e adolescentes, mulheres, igualdade racial, povos indígenas e meio ambiente). Foi informado que a partir das informações enviadas pelos relatórios de monitoramento serão também elaborado um relatório, subdividido por capítulos para cada temática das Agendas Transversais. Este relatório será elaborado pela SPO, por meio da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE e publicado no site do MJSP, na parte de “Ações e Programas”: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas>. O Sr. David destacou também que após as apresentações de monitoramento nas reuniões da CT-CGE, a CGGE/SPO vem realizando reuniões com os responsáveis por cada política, com o objetivo de revisar as informações da Carteira de Políticas Públicas do MJSP. Foram realizadas reuniões com representantes da

Senajus (12 de março), da Política de Cooperação Jurídica Internacional, e da Senasp (13 de março), da Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta, que foram as políticas apresentadas em fevereiro de 2025. Informou ainda que a revisão visa atualizar as informações referente a base legal, principais entregas, formas de implementação, planos e programas vinculados a cada políticas, público-alvo, entre outros.

4. Na sequência, teve início a apresentação do monitoramento das políticas públicas, conforme a pauta da reunião. A primeira apresentação tratou da Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, conduzida pela Sra. Priscilla Oliveira, Coordenadora de Planejamento Estratégico e Avaliação e pelo Sr. Tiago Nunes Batista, representante da comissão interna da Senasp que monitora a política. Foi destacado que a política foi criada para enfrentar a desvalorização dos profissionais de segurança pública, causada pela violação de seus direitos humanos. Essa realidade tem gerado desmotivação, além de impactos no bem-estar físico e psicológico dos agentes de segurança. Diante desse cenário, a política tem como objetivo implementar programas e projetos que ofereçam suporte aos servidores adoecidos, fomentando atendimento psicológico presencial e online, além de fortalecer convênios com policlínicas. Paralelamente, busca-se promover mudanças na cultura institucional, incluindo capacitações em gestão de pessoas, reconhecimento dos profissionais como sujeitos de direitos e investimentos em uma rede de proteção que abrange desde insumos de segurança individual até reestruturação de carreiras com reconhecimento financeiro adequado. Foi apresentado resultados dos indicadores da política, além das entregas do projeto estratégico Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional – SIEVAP, que visa qualificação contínua dos profissionais de segurança pública, consolidando a educação como eixo estruturante para o fortalecimento das instituições, o SIEVAP é composto por múltiplas frentes de atuação, contemplando a oferta de cursos presenciais, híbridos e a distância, a concessão de bolsa-formação, a modernização das unidades de ensino e oferta de pós-graduações no âmbito da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - Renaesp. Além disso, o projeto inclui a realização de pesquisas estratégicas, a atualização da Matriz Curricular Nacional e a publicação da Revista SUSP, assegurando a difusão do conhecimento técnico-científico e a padronização de diretrizes formativas para a área.
5. Ao término da apresentação, o Sr. David destacou a importância do Programa Habite Seguro, para os profissionais de segurança pública e da necessidade de ampliar os atendimentos aos profissionais interessados em aderir ao Programa, pela Senasp, destacando ainda a disponibilidade de recursos orçamentários para serem utilizados em 2025 no Habite Seguro, que visa proporcionar aos profissionais previstos em seus normativos condições diferenciadas de crédito imobiliário para facilitar a aquisição da casa própria. Outro ponto destacado pelo Coordenador da CT-CGE, foi sobre o Programa Bolsa-Formação, que visa a concessão de benefícios financeiros aos profissionais de segurança pública (policiais civis, militares, penais, bombeiros militares e guardas municipais) que fizerem as capacitações temáticas focadas nos 5 eixos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci.
6. Em seguida, foi apresentada a Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional da Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen, conduzida pelo Sra. Maysse Parizi, Diretora de Cidadania e Alternativas Penais. Foi apresentado que a política busca ações de fomento, formulação, coordenação, direção, acompanhamento, avaliação e qualificação da rede de serviços direcionados ao egresso e sua família, com vistas a estimular a reintegração social e auxiliar na restauração e no fortalecimento de vínculos familiares, sociais e comunitários. Foi demonstrado o avanço significativo no número de pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção a pessoa egressa do sistema prisional, além da ampliação destes serviços implantados. Destacou também a evolução e o aumento do investimento orçamentário, além dos resultados e entregas desta política. Tratou também do Projeto Alvorada, que tem por objetivo promover a inclusão social produtiva de pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias a partir da celebração de parcerias por meio de Termo de Execução Descentralizada - TED. Apresentou os riscos relacionados e das ações mitigadoras que vem sendo realizadas pela Senappen. Por fim, destacou a Coordenação do Grupo de Trabalho que a Diretora de Cidadania e Alternativas Penais vem trabalhando por conta da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 (ADPF 347), de outubro de 2023. Com isso, foi criado o Plano Nacional de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional – Pena Justa, que propõe um sistema prisional que contribua para a segurança de toda a sociedade, o que inclui as pessoas privadas de liberdade e possui 4 eixos: Controle da entrada e das vagas do sistema prisional, Qualidade da ambiência, dos serviços prestados e da estrutura prisional, Processos de saída da prisão sem estratégias de reintegração social e Políticas de não repetição do Estado de Coisas Inconstitucional no sistema prisional. O Plano Pena Justa prevê ações e metas, a serem cumpridas em 2025, 2026 e 2027, para combater a superlotação, melhorar a infraestrutura, fortalecer a reintegração social e assegurar a continuidade das mudanças no sistema prisional.
7. O Sr. David agradeceu a excelente apresentação, elogiando o indicador de “Pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional” que melhorou a informação repassada para a sociedade, além de questionar sobre o Projeto Alvorada e os valores empregados nesta iniciativa. A Sra. Maysse Parizi, informou que se trata de formações com prazo de um ano e que abrange bolsas, estruturas de incubadoras, profissionais envolvidos, além das capacitações. Foi tratado também da dificuldade de execução orçamentária da Senappen e do Ministério como um todo, em um ano de restrições orçamentárias para todas as unidades. Concluiu parabenizando a apresentação e ressaltando a importância desses dados no trabalho do órgão.
8. Na sequência, foi informada a data da próxima reunião da CT-CGE, agendada para o dia 29 de abril de 2025, às 15 horas, quando serão apresentadas as políticas Política de Defesa da Concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal - PRF).
9. Dando continuidade à reunião, foram repassados os informes gerais. Foi comunicado que o envio Ofício Circular SEI nº 53/2025/MPO (SEI nº 31055331), solicitando a indicação de Planos Nacionais e Regionais, até o dia 30 de março, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO. O Coordenador da CT-CGE, apresentou quadro com os planos que serão encaminhados para o MPO, alertando para que os responsáveis de cada plano possam comunicar a Secretaria-Executiva – SE quando forem agendadas as reuniões com o objetivo de que representantes da SE também possam participar. Foi tratado também do escopo da revisão do Plano Pluriannual 2024-2027 e que o processo SEI será enviado no dia 2 de abril, com o prazo para devolutiva até 15 de abril de 2025. Por fim, foi informado da entrega do Relatório de Gestão que é o documento central da prestação de contas que os responsáveis pela gestão de recursos públicos devem realizar a cada ano. O Relatório está em fase de ajustes finais e será publicado em 31 de março de 2025, conforme Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, e após a publicação do documento será amplamente divulgado.
10. Encerrada a pauta, após os esclarecimentos das dúvidas das unidades, o Sr. Davi agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião.

**ENCAMINHAMENTOS:**

- CGGE enviará e-mail contendo:

- Apresentação da reunião CT-CGE;
- Ata de reunião;
- Manual da CT-CGE;
- Planilha de Pontos Focais da CT-CGE; e
- Modelo de apresentação do monitoramento e calendário.



Documento assinado eletronicamente por **Genivaldo dos Santos Costa, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação - Substituto(a)**, em 28/04/2025, às 14:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Danyela de Oliveira Felix, Usuário Externo**, em 28/04/2025, às 16:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA VIEIRA DE QUEIROZ, Gerente de Projeto**, em 28/04/2025, às 16:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUBERTO ANTONIO RODRIGUES ALVES, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 28/04/2025, às 16:29, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília da Silva Lima, Coordenador(a) de Administração**, em 28/04/2025, às 17:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adenisio Alvaro Oliveira de Souza, Coordenador(a)-Geral de Controle Interno, Transparéncia, Integridade e Riscos**, em 29/04/2025, às 09:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLE DE MORAIS HENRIQUES, Usuário Externo**, em 29/04/2025, às 10:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Coordenador(a) de Gestão Interna**, em 30/04/2025, às 10:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EWANDJÔECY FRANCISCO DE ARAUJO, Coordenador(a) de Planejamento, Orçamento e Finanças**, em 30/04/2025, às 11:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTINA MOSQUETTA DE MORAIS, Coordenador(a) de Análise Técnica e Integridade**, em 30/04/2025, às 17:36, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ronice Friedrich, Servidor(a) Mobilizado(a)**, em 30/04/2025, às 17:39, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Pimenta Staub, Coordenador(a)-Geral de Administração e Relações Institucionais**, em 05/05/2025, às 11:23, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Nino Biscaia, Assessor(a) Técnico(a)**, em 05/05/2025, às 12:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane da Costa Almeida, Diretor(a) de Gestão de Ativos e Justiça**, em 05/05/2025, às 14:49, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31351030** e o código CRC **C1ABD4C3**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.